



OFERTA DE CREDITO E PERfil DE GASTOS:

UM ESTUDO COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



TAISE GOMES DOS SANTOS CÁ



OFERTA DE CREDITO E PERfil DE GASTOS:

UM ESTUDO COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



TAISE GOMES DOS SANTOS CÁ

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Curriculum Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Curriculum Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Curriculum Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Curriculum Lattes***

Celso Gabatz - ***Curriculum Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Curriculum Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Curriculum Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Curriculum Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Curriculum Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Curriculum Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Curriculum Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Curriculum Lattes***

Humberto Costa - ***Curriculum Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Curriculum Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Curriculum Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Curriculum Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

OFERTA DE CRÉDITO E PERFIL DE GASTOS: UM ESTUDO COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA [livro eletrônico]. Taise Gomes dos Santos Cá (Autora) -- Alegrete, RS : Editora Terried, 2025.

PDF

ISBN 978-65-83367-23-5

1. Educação

24-243051

CDD-918. 16

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa 90. 16
2. Ciências Humanas 105. 9



www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

Dedico a todas as pessoas que fizeram parte da construção
deste trabalho gente humilde que luta e batalha por uma
vida digna e honesta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada poderia fazer. A todas as pessoas que me ajudaram amigos, colegas, familiares, professores, e minha orientadora Silvia Amélia Flores que disponibilizou de sua ajuda.

(...) Somos o Brasil do trabalho informal.
Do metrô, do *buzão* e da lotação,
Do vale – refeição e da marmita,
Da pensão do INSS e do dinheiro contado,
Do despertador pras 5,
Do mercadinho da esquina e do supermercado com a
família,
Do carnê, da compra a prestação e do SPC,
Do supletivo e do curso profissionalizante,
Do carro, graças ao crédito.
Enfim devemos conhecer estes fatos e compreender
nossa realidade. (...)

Marcelo da Rocha de Azevedo e
Elyseu Mardegan Jr.

RESUMO

O presente estudo buscou analisar o perfil de gastos e a propensão ao endividamento dos Beneficiários do Programa Bolsa Família em Santana do Livramento (RS). Para isto, realizou-se uma pesquisa *survey* junto a 110 beneficiários. Os dados foram coletados através de um questionário estruturado em quatro partes, sendo a seção inicial a caracterização dos respondentes, a segunda seção com aspectos sobre o Programa Bolsa Família e as demais seções procuraram analisar os tipos de gastos dos beneficiários assim como quais as formas de financiamento utilizadas em suas compras. Na análise dos resultados foi adotado neste estudo a escala de Moura (2005) para mensurar o endividamento das famílias, onde verificou-se que os beneficiários acham normal endividar-se, gastam sua renda com alimentação e utilizam o nome de terceiros para fazer suas compras parceladas.

Palavras-Chave: Bolsa Família. Oferta de crédito. Endividamento.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the profile of spending and the propensity to indebtedness of the Beneficiaries of the Bolsa Família Program on Santana do Livramento. For this, we carried out a research survey with 110 beneficiaries. Data were collected through a questionnaire structured in four parts, with an initial section featuring the respondents, the second section aimed to discover aspects about the Bolsa Família Program and other sections sought to analyze the types of expenditures of beneficiaries as well as what forms used in financing their purchases, was adopted in this study range from Moura (2005) to measure the level of household indebtedness, which found that beneficiaries find regular become indebted, spend their income on food and use the name of third parties to make their purchases in installments.

Keywords: Bolsa Família. Supply of credit. Indebtedness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Gastos da Classe D e E.....19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tipos de Benefícios.....	22
Quadro 2 - Teorias referente ao endividamento.....	27
Quadro 3 - Síntese da construção do questionário.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Benefício básico.....	23
Tabela 2 - Benefício variável.....	23
Tabela 3 - Estado civil.....	37
Tabela 4 - Número de filhos.....	37
Tabela 5 - Grau de escolaridade.....	38
Tabela 6 - Faixa de renda familiar.....	39
Tabela 7 - Ocupação.....	39
Tabela 8 - Religião.....	40
Tabela 9 - Raça.....	40
Tabela 10- Ajuda financeira de outros.....	41
Tabela 11 - Tempo de permanência no Programa.....	41
Tabela 12 - Tipos de gastos.....	42
Tabela 13 - Comprovação de renda utilizada para abertura de crediário.....	43
Tabela 14 - A principal razão para a aquisição de uma dívida.....	44
Tabela 15 - Estatística descritiva da escala de Endividamento.....	45
Tabela 16 - Resultados teste ANOVA.....	47

LISTA DE SIGLAS

FECOMÉRCIO RS - Federação do Comércio de bens, serviços e turismo do Rio Grande do Sul

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS- Ministério do desenvolvimento social e combate á fome

ONU - Organização das Nações Unidas

OEC- Observatório de endividamento dos consumidores

PBF-Programa Bolsa Família

PNAD - Pesquisa Nacional de domicílios

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PROBLEMÁTICA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	17
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos Específicos.....	18
1.3	JUSTIFICATIVA.....	18
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	21
2.2	ENDIVIDAMENTO.....	25
2.3	OFERTA DE CRÉDITO PARA A CLASSE D e E.....	28
3	METODOLOGIA.....	31
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	31
3.2	MÉTODO ESCOLHIDO.....	32
3.3	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	32
3.3.1	Aplicação do instrumento de coleta de dados.....	34
3.4	TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	36
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES.....	36
4.2	PERFIL DE GASTOS E FORMAS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SANTANA DO LIVRAMENTO.....	42
4.3	PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO¹

Nos últimos anos houve um aumento da renda da população considerada mais vulnerável economicamente, tais classes consideradas a “base da pirâmide” hoje tem um poder de compra amplificado (PRAHALAD,2005).

Para Rocha e Mardegan (2009) o crescimento da renda das classes D e E foi impulsionado principalmente pelos aumentos reais do salário mínimo e apontadoras, pela criação de programas sociais como Bolsa Família e pela diversificação da oferta de crédito para a população de baixa renda.

Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) nas classes D e E encontram-se cerca de 95 milhões de pessoas, das quais 45,8 milhões são beneficiadas por programas de transferência de renda como o Bolsa Família, sendo que um em cada quatro brasileiros recebe tal benefício.

Segundo Castanha (2009), o Bolsa Família é considerado uma ferramenta de políticas públicas que visa o alívio imediato da pobreza por meio de transferência direta de renda, com a finalidade do desenvolvimento humano, atendendo às necessidades das famílias que se encontram em situação de risco, combatendo a fome, a pobreza e as desigualdades sociais, além de contribuir “para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade social em que se encontram” (MDS, 2006, apud SILVA, 2008, p.242).

De acordo com Januzi e Pinto (2013), o Bolsa Família possui um efeito multiplicador na compra de alimentos e bens duráveis, sendo assim, milhares de famílias entram em contato com o mundo do consumo e consequentemente com uma oferta de crédito massiva no mercado, a qual disponibiliza prazos maiores de pagamento, facilidades no crédito direto ao consumidor, além de uma imensa oferta seja de crediário, financiamentos, cartões de crédito que muitas vezes são utilizados pelas camadas populares como uma forma de equilibrar o orçamento familiar.

¹ Este ebook é uma adaptação de um Trabalho de Conclusão de Curso realizado no ano de 2014 na Universidade Federal do Pampa.

Neste sentido, este trabalho busca investigar de que forma os beneficiários do Bolsa Família utilizam sua renda, e analisar o quanto a oferta de crédito em expansão no mercado compromete seus rendimentos. De maneira geral, a escolha por esta temática deu-se pela necessidade de compreender como os indivíduos que participam de programas de transferência monetária administraram seus recursos financeiros.

Além disso, será possível definir um perfil dos beneficiários, analisando suas características, tipos de gastos e temas que envolvem o consumo, como por exemplo, a propensão ao endividamento, que pode ser impulsionada pela renda advinda do programa às famílias.

1.1 Problemática

O programa Bolsa Família é definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2013) como um programa de transferência de renda, onde o seu objetivo primordial é beneficiar famílias que estejam em situação de pobreza ou extrema pobreza em todo o país. Para Silva (2010) o programa concebe uma transferência de renda monetária direta aos indivíduos que fazem parte do mesmo, assim como estabelece condicionalidades e exigências que devem ser cumpridas pelas famílias em áreas que se referem à educação, saúde e trabalho.

Segundo dados do MDS (2013), 13,8 milhões de cidadãos são beneficiados em todo o país, os quais possuem renda per capita de R\$ 70,00 até R\$ 140,00 reais mensais. Os pagamentos dos benefícios podem variar de acordo com o número de crianças, adolescentes e gestantes que compõe o grupo familiar.

Weissheimer (2010) afirma que programas como Bolsa Família com todas as suas limitações, mostram que em termos é possível distribuir renda, combater a fome, a pobreza assim como reduzir desigualdades, mais que isso tal política pública exerce um papel positivo no desenvolvimento econômico, criando e ampliando novos mercados produtores e consumidores.

De acordo com o estudo do IPEA (2013) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), além de garantir renda às famílias pobres, o Bolsa Família também estimula a economia do país, por meio do consumo gerado entre as famílias.

Segundo o levantamento, cada R\$ 1 investido no programa de transferência de renda provoca aumento de R\$1,78 no PIB.

Com estes dados é possível perceber o quanto o programa contribui para dinamizar o consumo das famílias, pois há nele um efeito multiplicador nos gastos com alimentos e bens duráveis (JANUZZI e PINTO 2013), possibilitando um maior poder de escolhas, podendo chegar às famílias que estavam à margem do circuito econômico (CAMPOLLO; 2013, p.20).

O aumento da renda média mensal e uma maior distribuição entre os mais pobres, aumentou o poder de compra desta camada social e chegou a patamares expressivos. A estabilização econômica, oferta de crédito e, inclusive, o benefício do Bolsa Família contribuíram para o crescimento das compras, no sentido de sofisticar o consumo por meio da busca por grandes marcas e novas formas de aquisição de bens. (FUSTAINO;2009 p. 35)

Destaca-se que os beneficiários são indivíduos que se enquadram nas classes D e E ultrapassando conforme Morita (2012) a classe B na compra de diversos itens, tais como alimentação, medicamentos, transporte público, eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Compõem ainda o ranking de produtos de higiene e beleza, móveis e artigos de limpeza.

Neste cenário a oferta de crédito assume um papel importante na aquisição de bens de consumo desta parcela da população, pois aliado a renda equilibram o orçamento familiar, e proporcionam acesso aos mercados financeiros. Entretanto se as compras parceladas, o uso de cartões de crédito, e o empréstimo pessoal não forem utilizados com consciência e educação, podem tornar-se nocivos a esses indivíduos e como consequência principal podem trazer a inadimplência e o endividamento. Por tudo isto, o presente trabalho buscou investigar: **Como a renda advinda do Programa Bolsa Família é administrada pelas famílias cadastradas em Santana do Livramento (RS)?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral:

O objetivo geral deste estudo consiste em investigar de que forma a renda advinda do Programa Bolsa Família é administrada pelas famílias cadastradas em Santana do Livramento(RS).

1.2.2 Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos deste estudo procuram:

- a) Investigar os tipos de gastos dos beneficiários do Programa Bolsa Família.
- b) Definir o perfil dos beneficiários do programa Bolsa Família em Santana do Livramento, com base nas variáveis demográficas e culturais.
- c) Verificar se existe propensão ao endividamento devido à renda advinda do Programa Bolsa Família.

1.3 Justificativa

O programa Bolsa Família é considerado o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil (SILVA, 2010). Esse programa vem desempenhando um papel positivo tanto no combate à fome e à pobreza quanto no fortalecimento do mercado interno do país (WEISSHEIMER, 2010).

Marie Pierre Poirier (2010), coordenadora interina do Sistema das Nações Unidas no Brasil, aponta no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio que os resultados do Bolsa Família favorecem a redução das desigualdades sociais, assim como permitem articular iniciativas setoriais nas áreas de educação, saúde, e desenvolvimento social, destacando que o foco central deste programa são grupos sociais mais pobres.

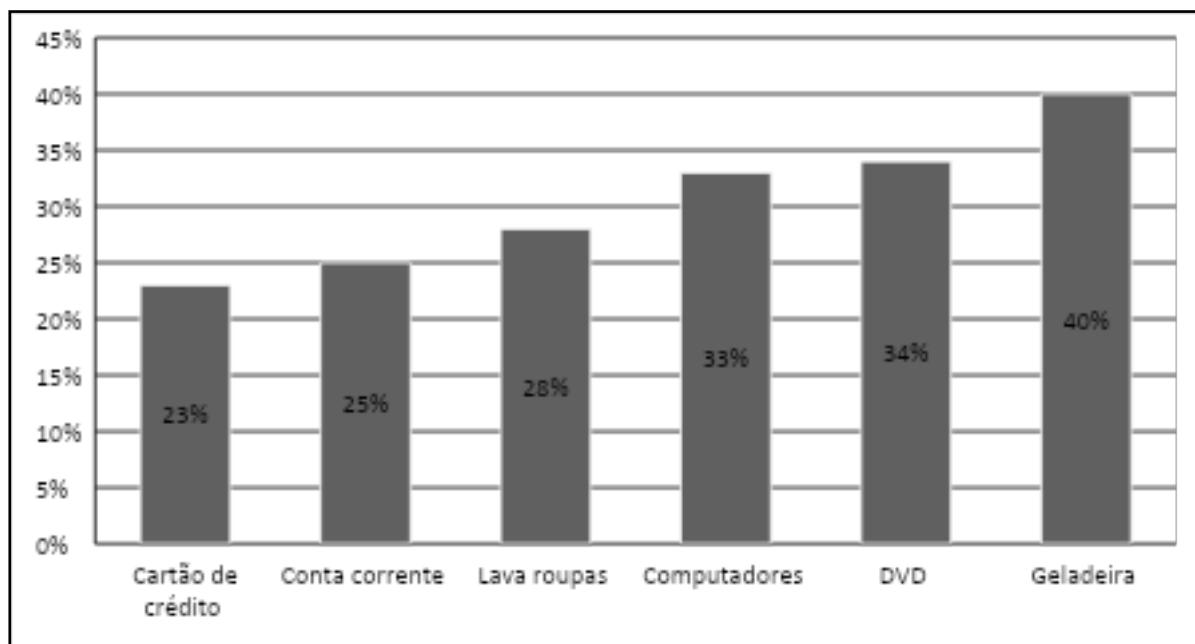
O estudo do (IPEA, 2010) em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), revela que uma das características principais do programa é a sua capacidade de alcançar mais de 5.500 municípios brasileiros com um sistema composto pela União, Estados e Municípios atendendo cerca de 12,4 milhões de famílias que conseguem todo o mês sacar seus benefícios em quase 20 mil pontos de pagamentos entre casas lotéricas, bancos públicos e correspondentes bancários (MDS, 2010).

Dentro deste cenário, verifica-se que os números da PNAD mostraram a expansão do acesso da população a serviços habitacionais básicos, educação e bens de consumo duráveis. (WEISSHEMER, 2010).

Diante disso, cabe destacar que o mercado precisa olhar de maneira diferente para este grupo de consumidores (classes D e E), que atualmente está obtendo acesso ao crédito, gerando consequentemente o aumento de consumo com uma maior diversificação de escolhas. Esse acesso ao crédito em parte pode ser um resultado dos benefícios proporcionados por programas como o Bolsa Família.

Conforme os dados do Instituto Data Popular (2010), através de uma pesquisa realizada para a publicação na Isto é Dinheiro (2010), a propensão para o consumo da classe D estaria crescendo, chegando aos R\$ 381,2 bilhões em 2010. Os percentuais são significativos em vários segmentos que podem ser verificados no gráfico a seguir:

Figura 1: Percentual de Gastos das Classes D e E



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Instituto Data Popular e Data Folha(2010).

Conforme demonstra a Figura 1, as classes D e E foram responsáveis por uma mudança no consumo de serviços e bens duráveis, pode-se verificar que os gastos estão mais sofisticados atingindo a compra de produtos que não faziam parte do cotidiano destas famílias em anos anteriores.

Ainda analisando o consumo das classes D e E, constata-se segundo a pesquisa da Serasa Experian (2013) que as classes mais pobres foram as que mais

cresceram na contratação de serviços de cartão de crédito no Brasil sendo que 40,9% da população da classe D utilizam este tipo de financiamento.

Neste contexto é possível perceber que há uma ascensão para o consumo financiado pela oferta de crédito abundante no mercado, contribuindo para o aumento dos níveis de gastos em diferentes segmentos, sendo que os beneficiários do Bolsa Família fazem parte deste extrato social que consome e utiliza sua renda para diferentes fins.

Considerando os dados citados, este estudo pode ser justificado pela necessidade de conhecer a realidade dos beneficiários do programa Bolsa Família em Santana do Livramento (RS), focando na questão da renda assim como a sua inserção no mercado de crédito. A relevância teórica consiste em promover um perfil de consumo desta classe e assim verificar a propensão ao endividamento, que pode prejudicar o orçamento familiar destas pessoas.

1.4 Estrutura do Trabalho

Este projeto está disposto em seis partes, na primeira parte consta a introdução, onde é apresentado o tema, os objetivos gerais e específicos, assim como a problemática e a justificativa do trabalho. Na segunda seção, é demonstrado o embasamento teórico do trabalho, trazendo tópicos sobre consumo, crédito e dados sobre o Programa Bolsa Família. Na terceira seção são abordados os aspectos metodológicos para o alcance dos objetivos. A quarta parte traz apresentação dos resultados, e a análise dos mesmos.

Na quinta parte constam as considerações finais, e as referências, que deram suporte para esta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico encontra-se a base teórica para o desenvolvimento da pesquisa. Serão apresentadas as considerações relacionadas ao tema principal, conceitos referentes ao Programa Bolsa Família, oferta de crédito, consumo e endividamento.

2.1 Programa Bolsa Família

O programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de reduzir as desigualdades no país, primando pelo combate à fome e tendo como finalidade principal proporcionar renda a sujeitos em vulnerabilidade social. De acordo com Weissheimer (2010), o impacto mais contundente sobre a população de baixa renda está estreitamente ligada à conquista dos direitos fundamentais da condição humana: o direito à alimentação, que segundo o autor sem a garantia deste direito não há como construir elos de cidadania e dignidade.

O programa surgiu como um instrumento estratégico de uma política pública de superação da pobreza. Seus eixos centrais de atuação constituíam-se a transferência direta de renda, reforço direto de acesso às famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social e integração com outras ações e programas de governo e sociedade civil (Weissheimer 2010).

Para Silva (2010) os programas de transferência de renda visam focar na pobreza a qual de acordo com a autora deve ser vista para além da insuficiência de renda, é produto da exploração do trabalho , da má distribuição da riqueza a qual gera a falta da participação social e política, com o agravante do não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna.

O programa dentro do cenário brasileiro foi criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004 (MDS, 2014) foi um dos primeiros marcos legais para a unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, os quais foram transformados num único programa de transferência de renda, delimitando-se como uma estratégia do Fome Zero, política governamental que visa erradicar à fome no país.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013) as famílias que atualmente podem fazer parte do programa são aquelas cadastradas no CADÚNICO (Cadastro único), o qual consiste num instrumento de coleta de dados de todos os sujeitos em situação de pobreza no país. Através deste cadastro as famílias são inclusas, e podem ter seus benefícios bloqueados ou suspensos devido alguma irregularidade cadastral como falso endereço, renda declarada acima da estipulada pelas regras do programa, duplicidade cadastral entre outras barreiras à entrada no programa.

Este cadastro é utilizado na esfera federal como uma forma de monitoramento das famílias diagnosticando aspectos socioeconômicos da população, procurando assim desenvolver políticas públicas voltadas para o enfrentamento de problemas sociais (SANTOS 2012). Para que a família faça parte do programa é necessário ter renda mensal por pessoa entre R\$ 70,01 (família considerada na linha de extrema pobreza) e R\$140 (família considerada pobre, MDS; 2014).

A família poderá receber o benefício atendendo a requisitos básicos conforme o Quadro 01.

Quadro 1- Tipos de Benefícios

Tipos de Benefícios:	
Benefício Básico: R\$ 70,00	Concedido apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de até R\$ 70).
Benefício Variável de 0 a 15 anos: R\$ 32,00	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.
Benefício Variável à Gestante: R\$ 32,00	Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição.
Benefício Variável Nutriz: R\$ 32,00	Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente: R\$ 38,00	Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, limitado a dois benefícios por família.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza: calculado caso a caso	Transferido às famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 70), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza.

Fonte: MDS 2014 adaptado pelo autor.

Na Tabela 1 é possível observar a simulação de valores em relação ao benefício básico. É importante ressaltar que neste exemplo a família recebe o benefício independente de ter jovens ou crianças em sua composição familiar (MDS, 2012).

Tabela1- Benefício Básico

BENEFÍCIO	VALOR (R\$)
Básico	70,00
Variável	32,00
Variável Jovem	38,00
Básico +05 Variáveis	230,00
Básico + 05 Variáveis + 02 Variável Jovem	306,00

Fonte: SANTOS (2012) adaptado MDS (2012).

Entretanto, se a família possuir renda de até R\$ 140,00 ela não terá acesso ao benefício básico, porém irá receber de acordo com o número de gestantes, adolescentes e crianças que fazem parte da composição familiar, para receber os benefícios variáveis, sendo que há um limite de cinco variações, por família não podendo ser ultrapassado.

Tabela 2 - Benefício Variável

BENEFÍCIO	VALOR (R\$)
Básico	Não tem direito
Variável	32,00 podendo receber até 5 filhos
Variável Jovem	38,00 podendo receber até dois
05 Variáveis + 02 Variável Jovem	236,00

Fonte: SANTOS (2012) adaptado (MDS 2012).

As famílias também devem cumprir condicionalidades para receber seus benefícios, tais condicionalidades são consideradas como um elo de responsa-

bilidade entre as famílias e o Estado. De acordo com o MDS (2012), as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços de saúde, educação e assistência social.

As condicionalidades segundo MDS (2012) se referem a áreas como:

Saúde às famílias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacina e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na esfera educacional o MDS ratifica a responsabilidade das famílias com a garantia de que todas as crianças cadastradas entre 6 e 15 anos devam estar devidamente matriculados com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social as crianças e adolescentes com até 15 anos em situação de risco devem participar dos Serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos (MDS, 2012).

As condicionalidades segundo Craveiro e Ximenes (2013) estão ligadas a compromissos das três esferas da União que oferecem apoio as famílias na superação das situações de extrema pobreza no país.

Em relação as condicionalidades Santos (2012), afirma que:

No curto prazo, o programa visa medidas de combate à pobreza como a fome e a desintegração familiar. Em longo prazo, o programa pretende combater a pobreza, induzindo a melhoria da educação e saúde, através das condicionalidades, garantindo melhores oportunidades no mercado de trabalho (SANTOS, 2012).

No entanto o programa possui posicionamentos favoráveis e contrários os quais preconizam que tal política pública é estritamente eleitoreira (SCHWARZMAN 2009; SANTOS 2012). Outros defendem o programa, pois afirmam que o mesmo ajudou milhares de brasileiros a conquistar dignidade humana (SILVA 2010; WEISSHEMER 2010). Neste sentido, nota-se que o programa até pode dar um alívio a situações de pobreza, mas não substitui abismos culturais existentes no país.

Não se trata de criticar os programas por deixar de fazer coisas que seriam impossíveis, ou quase. A má distribuição de renda no Brasil e os problemas de pobreza a ela associados não são somente uma questão de justiça social, ou de exploração dos pobres pelos ricos, que possam ser resolvidos com a simples transferência de renda de um setor da sociedade para outro, mas estão associados a profundas diferenças de educação, capacitação e à ausência de um mercado de trabalho suficientemente dinâmico e amplo que tenha condições de absorver e integrar, de forma produtiva, o grande número de pessoas que hoje vive à margem ou nas periferias da sociedade brasileira. A conclusão mais geral é que os programas de transferência de renda podem produzir efeitos benéficos, mas não são um substituto para as políticas econômica e sociais clássicas. (SCHWARZMAN, p.13,2009).

Por outro lado, o programa pode ser uma política eficaz para a redução da pobreza:

em sua estratégia de integração com as políticas de saúde e de educação, o programa tem propiciado a ampliação do acesso dos grupos mais pobres da sociedade brasileira a direitos sociais básicos. Tem ainda aportado contribuição ao desenvolvimento econômico de inúmeros municípios no país, dinamizado mercados e incentivado a produção local.(LOPES; 2010, p11).

As posições são diversas sobre o programa, entretanto o mesmo faz parte das políticas sociais brasileiras e deve ser observado com a devida atenção. Se o mesmo irá resolver problemas estruturais e culturais brasileiros ou irá sanar lacunas históricas ainda é cedo para afirmar, entretanto deve-se estudá-lo para assim haver uma compreensão mais científica do mesmo.

2.2 Endividamento

Os dados da pesquisa de endividamento da Federação do Comércio de bens, serviços e Turismo do estado do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO RS, 2014) mostram que 54,4% dos entrevistados consideram-se endividados; quando perguntados sobre dívidas em atraso o percentual passa para 13,8%, onde de acordo com a pesquisa os principais tipos de dívidas contraídas são em grande parte advindas do uso de cartões de crédito (90,2%), carnês (12,8%) e cheque especial (6,3%).

Neste cenário, é possível perceber que a composição da dívida é variada, mas o cartão de crédito configura-se como a principal forma de aquisição de dívidas que multiplicam-se principalmente pela alta taxas de juros.

De acordo com a pesquisa da Serasa Experian (2013), o percentual da população enquadrada na categoria com alto risco de inadimplência aumentou de 23% para 32% nos anos de 2012 e 2013. Os números são altos e as terminologias a respeito do tema endividamento são fundamentais para entendê-lo. De acordo com Ferreira (2006), o conceito de endividamento é evidenciado pelo ato de assumir ou contrair dívidas.

Para o Observatório de Endividamento dos Consumidores da Universidade de Coimbra (OECD; 2002, p.21) o termo pode ser caracterizado como “saldo devedor de um agregado familiar resultante apenas de uma dívida ou de mais do que uma em simultâneo, utilizando-se, neste caso a expressão multiendividamento”.

Há ainda o termo sobreendividamento o qual é definido pelo OECD (2002, p.5), como a “incapacidade dos indivíduos responderem pelos seus compromissos financeiros por insuficiência de rendimentos”.

O sobreendividamento é subdividido em duas categorias: o ativo e o passivo, no primeiro caso, o indivíduo contribuiativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, já o segundo é resultante de circunstâncias não controláveis pelo mesmo (ZERRENNER, 2007).

Após conhecer os conceitos que envolvem o endividamento, torna-se relevante investigar as razões que podem ocasionar essa propensão ao endividamento, como os fatores demográficos, culturais, comportamentais, entre outros. As razões que levam o indivíduo a sobreendividar-se são variadas, mas as apontadas pelo OECD (2002) são a marginalização e a exclusão social, os problemas psíquicos, o alcoolismo, a dissolução das famílias, e as perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias sobreendividadas.

Atualmente as dívidas encontram-se em todas as classes sociais, entretanto nas classes de menor renda há o maior risco de inadimplência, com a renda limitada o endividamento é visto como um recurso para saldar as dívidas no final do

mês. Neste sentido, o descontrole financeiro é grande assim como a aquisição de dívidas sem planejamento (OECD 2002; FUSTAINO 2009).

Katona (1975 apud TRINDADE 2009) coloca que os problemas com crédito não advém somente da variável econômica, existem outras motivações subjetivas ao ser humano, fatores psicológicos e comportamentais que levam o indivíduo a comprometer sua renda. Para o autor existem três razões que podem explicar por que uma pessoa pode gastar mais do que ela ganha: baixa renda, de modo que nem sequer são cobertas as despesas essenciais, alta renda, combinada com um forte desejo de gastar, e uma falta de vontade para economizar (independentemente da renda).

Há outros autores que trabalham com outras variáveis sobre o endividamento exemplificadas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Teorias referente ao endividamento.

Autor	Teoria
Moura (2005)	<p>Escala de atitude frente o endividamento.</p> <p>Possui três dimensões:</p> <p>Impacto sobre a moral na sociedade: que engloba o patrimônio, valores e crenças, encontrados em sociedade, que tem uma influência sobre a atitude do indivíduo em relação ao endividamento;</p> <p>b) preferência no tempo - inclui a escolha dos indivíduos entre valor e tempo (adiar ou não adiar planos de consumo);</p> <p>c) grau de auto-controle: refere-se a capacidade de gerenciar seus próprios recursos financeiros , tomar decisões financeiras adequadas e manter o orçamento sob controle.</p>
Richins (2004)	Materialismo
Ponchio (2006)	Investigou o materialismo em consumidores de baixa renda.

Fonte: Adaptado pela autora com base em TRINDADE (2009)

Outros fatores também podem ser determinantes para o endividamento como os aspectos demográficos e culturais, o valor do dinheiro, aspectos comportamentais, sociais entre outros.

Entretanto, a falta de instrução financeira também pode ser elencada como um fator para a aquisição de dívidas, pois os indivíduos estão despreparados para lidar com o dinheiro. De acordo com Barros (2010, p. 6)

a falta de uma abordagem sobre o tema finanças pessoais nos bancos escolares é apontada como um dos fatores fundamentais para a formação de adultos incapazes em lidar com suas próprias finanças. Não fornecendo o preparo necessário para tratar do assunto que estará tão presente na vida de qualquer indivíduo economicamente ativo. Nesta lacuna está localizada uma grande armadilha, isso decorre do fato do não recebimento de orientação financeira quando crianças e jovens, resultando em adultos sem tais habilidades.

Sem um planejamento financeiro as famílias podem gastar mais do que ganham tornando-se muitas vezes, dependentes de empréstimos, adquirindo dívidas para pagar outras comprometendo assim seus recursos.

2.3 Oferta de Crédito para Classe “D” E “E”

Para Arbex (1999, p.16) “crédito é a capacidade das pessoas físicas ou jurídicas de assumirem compromissos, quer para financiamentos quer para empréstimos, junto ao sistema financeiro”.

O Banco Central do Brasil define crédito como:

uma fonte adicional de recursos obtidos de terceiros (bancos, financeiras, cooperativas de crédito e outros), que possibilitam a antecipação do consumo para a aquisição de bens ou contratação de serviços. Existem várias modalidades de crédito. Por exemplo: limite do cheque especial, cartão de crédito, empréstimos, financiamentos imobiliários ou de veículos, compra a prazo em lojas comerciais (BCB,p.25,2013).

A concessão de crédito assume diversas perspectivas seja pelo olhar do consumidor ou pela lógica da empresa. Tendo em vista a lógica da empresa, esta poderá adotar métodos e técnicas para a liberação do crédito Gitman (2010) coloca os cinco c's como uma das ferramentas utilizadas para mensurar a capacidade de pagamento de um cliente nesta perspectiva a empresa irá avaliar:

- 1 - Caráter: histórico de cumprimento de obrigações do solicitante;
- 2 - Capacidade: capacidade de honrar o crédito pedido;
- 3 - Capital: a relação entre a dívida do solicitante e o seu patrimônio;
- 4 - Colateral: valor dos ativos que o solicitante possui para dar garantia ao crédito;
- 5 - Condições: condições econômicas gerais e setoriais vinculadas a transação;

De acordo com o autor este modelo tende a garantir o pagamento das dívidas dos clientes sem a necessidade de pressões, pois antes de conceder o crédito foram analisadas as variáveis dos 5c's.

Entretanto, se a lógica do consumidor for analisada há diversas formas de acesso ao crédito e estão diretamente relacionadas ao tipo de financiamento que os indivíduos irão adquirir. Segundo Nichter (2002) além dos bancos que são provedores de crédito ainda há outras possibilidades de créditos como o crédito direto em lojas, cartões de crédito e as relações entre pessoas da família as quais oferecem valores muitas vezes sem juros.

Quando se fala em crédito para a população de baixa renda há uma grande gama de lojas que possuem sistemas próprios de crédito, convênios com financeiras e com grandes bancos para oferecer crédito com amplos prazos e juros altos (AZEVEDO; MARDEGAN, 2009). Parente (2003) aponta que o crediário é a forma mais utilizada por famílias das classes populares sendo amplamente desenvolvido nas grandes redes de varejo as quais observam suas vendas aumentar anualmente com a compra de diversos itens.

Além dos crediários das lojas há o grande avanço no uso de cartões de crédito seja de financeiras ou de bandeiras das próprias lojas varejistas, segundo dados analisados pela câmara de dirigentes lojistas de Cuibá a partir de levantamento feito pelo Instituto Data Popular (2011), atualmente, do total de cartões de crédito em circulação no Brasil, 69,8% pertencem a representante das classes consideradas a base da pirâmide.

Em média 49% desta população sentem-se confortáveis ou muito confortáveis quando o utilizam.

De acordo com Parente (2003) as práticas de compras parceladas indicam não só a premissa da aquisição de bens, mas também a possibilidade de incluir-se no mundo do consumo.

o crédito parcelado permite a imediata aquisição de bens, o que tem grande importância na sociedade brasileira. De um lado, é uma questão de necessidade: se não for possível fazer as compras de alimentação com o cartão da loja e pagar a prazo, a casa ficará sem comida. Do outro lado, “a cultura do consumismo”. A recente inclusão de camadas de baixa renda no mercado, até então totalmente excluídas da possibilidade de adquirir bens e produtos de consumo, encorajou uma cultura de consumo muito forte no Brasil. O Plano Real, ao reduzir drasticamente a inflação e estabilizar os preços permitiu que populações de baixa renda tivessem acesso a esses bens e produtos, através das compras a crédito (PARENTE 2003,p.26)

Considerando as vantagens e desvantagens desse crédito, Parente (2003) faz um paralelo entre os benefícios sentidos pelos consumidores de baixa renda em relação ao crédito parcelado:

Acessibilidade: Lojas de grande porte exigem a comprovação de uma renda equivalente a um salário mínimo que pode ser substituída pela quitação de um carnê recente,

Disponibilidade: Praticamente todas as lojas sejam de bens de consumo e serviços oferecem vendas parceladas seja nas proximidades da residência ou do trabalho.

Rapidez nas transações: Não há demora na compra, uma vez cadastrado o comprador não precisa esperar aprovações. O bem é levado para casa no mesmo dia sem necessidade de entrada caso o cliente já for cadastrado na loja.

Adaptabilidade de Prazos e Parcelas: Atende as necessidades dos clientes, oferecendo diversas opções de pagamento (6-12-18-24 meses) incluindo a escolha do dia do pagamento.

Ainda, para a autora, as dívidas fazem parte do cotidiano de grande parte das famílias de baixa renda, os mesmos sentem-se mais seguros pagando pequenas prestações durante um tempo longo do que disponibilizar o valor do bem no

ato da compra. De maneira geral, as compras parceladas fazem com que haja um equilíbrio financeiro já que os gastos são grandes e os recursos escassos.

Todavia, há muita oferta no mercado com um apelo significativo para o consumo parcelado principalmente pelas vantagens da compra a prazo, pelo barateamento dos bens de consumo duráveis, pelas formas de pagamento, além da relativa elevação da renda, entre outros fatores. Com isso, constata-se que

a tendência em optar por empréstimos e crediários decorre do fato de que esta é a única alternativa de aquisição de um produto pelo cliente. O consumidor de baixa renda dificilmente considera os juros embutidos nos financiamentos e preços dos produtos. Ele considera, sim, o valor da parcela total a ser paga mensalmente e sua capacidade de pagamento de tal valor (FUSTAINO, 2009,p.29)

Sendo assim, este trabalho se propôs a investigar questões de consumo, crédito e endividamento na população de baixa renda, mais especificamente os beneficiários do Programa Bolsa Família.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que guiaram este trabalho a fim de atingir os objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa. Estão descritos: a classificação e a abordagem da pesquisa, o método escolhido, o universo estudado, a técnica de coleta e a análise dos dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa pode ser definida como descriptiva quantitativa e aplicada. Conforme Gil (2010) a pesquisa descriptiva tem como finalidade a descrição de um determinado fenômeno, assim como suas características. Para Malhotra (2006), a pesquisa descriptiva serve para quantificar variáveis e na maioria dos casos baseia-se em amostras grandes e representativas para assim detalhar com precisão as informações coletadas. Geralmente, a técnica de coleta de dados neste tipo de estudo contém um grande número de variáveis que se utilizam da amostragem

para mensurar e representar estatisticamente as informações coletadas, de maneira significativa (COLLIS; HUSSEY, 2005; MARCONI; LAKATOS, 2012).

Além disso, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa e aplicada, devido principalmente à coleta e análise dos dados, que serão avaliados com base em técnicas estatísticas. Para Collins e Hussey (2005), a pesquisa quantitativa, é direcionada para mensuração de fenômenos, é altamente estruturada e permite ao pesquisador utilizar de técnicas estatísticas para a inferência dos dados coletados.

A pesquisa também pode ser caracterizada como aplicada, pois visa contribuir para o conhecimento de um determinado tema, no caso desta pesquisa consistiu em identificar como são realizados os gastos dos beneficiários do Bolsa Família em Santana do Livramento.

3.2 Método Escolhido

A presente pesquisa adotou o método *survey*, ou seja, um procedimento para a coleta de dados primários a partir de indivíduos. Os dados podem variar entre crenças, gênero, idade, educação e renda. (HAIR ET AL, 2005, p. 157).

De acordo com Hair et al (2005) neste tipo de método o entrevistado sabe perfeitamente o objetivo da pesquisa e que estão sendo recolhidas informações referentes ao seu comportamento, atitudes e, consumo, por exemplo. De maneira geral, o método *survey* consiste no levantamento de dados que podem ser coletados através de duas categorias: administração de questionários para que o próprio entrevistado responda, e o método de entrevista onde o respondente e entrevistador possuem contato direto seja pessoalmente, por telefone ou por computador (HAIR, 2005).

3.3 Técnica de Coleta de Dados

Os dados desta pesquisa foram coletados através de questionários estruturados administrados pelo entrevistador, onde de acordo com Gil (2010) as perguntas devem ser fechadas, mas com ampla gama de respostas possíveis, for-

muladas de maneira clara e objetiva possibilitando ao respondente uma única interpretação.

O roteiro das perguntas foi baseado nos objetivos propostos e na teoria, sendo que o questionário foi estruturado contendo na primeira parte questões referentes ao perfil dos respondentes através de questões que identificaram aspectos sociais e culturais, étnicos e demográficos. Já na segunda parte as perguntas destinaram-se a conhecer os tipos de gastos dos beneficiários, assim como quais as formas de financiamento que são utilizados em suas compras, também foi abordado nesta seção aspectos referentes ao Programa Bolsa Família.

Na última parte do questionário foi adotada a escala de Moura (2005) composta por cinco pontos (discordo muito, discordo, neutro, concordo, concordo muito), relacionadas ao endividamento.

No quadro 3 é demonstrado o respectivo tema abordado nas questões, as variáveis e as referências utilizadas, o questionário encontra-se no apêndice deste trabalho.

Quadro 3 - Síntese da construção do instrumento de coleta de dados

Seção	Tema	Variáveis	Referências
1	Perfil dos respondentes da pesquisa, analisado a partir de variáveis demográficas e culturais	Idade (Q1)	Elaborado pelo autor
		Gênero(Q2)	Elaborado pelo autor
		Estado Civil(Q3)	Elaborado pelo autor
		Dependentes(Q4)	Elaborado pelo autor
		Filhos(Q5)	Elaborado pelo autor
		Moradia(Q6)	Elaborado pelo autor
		Escolaridade(Q7)	Elaborado pelo autor
		Religião(Q8)	Classificação IBGE
		Raça(Q9)	Classificação IBGE
		Ocupação(Q10)	Elaborado pelo autor
		Renda(Q11)	Classificação IBGE
		Ajuda financeira (Q12)	Trindade (2009)
2	Programa Bolsa Família	Recebimento do benefício (Q13)	Santos (2010)
		Mudança na vida com o programa de transferência de renda (Q14)	Santos (2010)
		Com a comprovação de que recebe o benefício, conseguiu abrir cadastro de compras na cidade(Q15)	Santos (2010)

3	Tipos de gastos	Renda destinada a itens (Q16)	Fustaino (2009)
		Relação com os tipos de gasto (Q17)	Trindade (2009)
		Como as compras são pagas(Q18)	Adaptado de Fustaino (2009)
4	Endividamento	O beneficiário atualmente tem carnê de loja ou crediário(Q19)	Adaptado de Fustaino (2009)
		Se sim qual o número de parcelas(Q20)	Adaptado de Fustaino (2009)
		Motivação para compras parceladas (Q21) e Principal razão da dívida (Q22)	Adaptado de Fustaino (2009)
		9 questões (Q23 até Q31) representando uma atitude mais avessa e outra mais tendente ao endividamento.	Adaptado de Moura (2005)

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3.1 Aplicação do instrumento de coleta de dados

A aplicação do instrumento de coleta de dados foi realizada na Secretaria de Assistência Social de Santana do Livramento através de um questionário estruturado contendo perguntas fechadas. A população de respondentes foi composta por um total de 6.579,00 famílias atendidas pelo programa na cidade, como Secretaria de Assistência Social do município de Santana do Livramento, não possui uma divisão por bairros adotamos uma amostra por conveniência a qual segundo Sampierri et al. (2006), possibilita ao pesquisador a escolha de indivíduos que possuem características já definidas no problema de pesquisa.

Após ter o conhecimento da amostra foi realizado um cálculo a partir do modelo de Barbetta (2002) o qual apresenta que o cálculo geral da amostra pode ser obtido através das Equações 1 e 2:

$$\text{Equação 1: } n_o = \frac{1}{E_o^2} \quad \text{Equação 2: } n = \frac{N \cdot n_o}{N + n_o}$$

Onde:

n_o = primeira aproximação do tamanho da amostra

E_o = erro amostral

N = tamanho da população

n = tamanho da amostra

Neste cálculo foi considerado um erro amostral de 10% com 95% de confiança, o que resultou em uma amostra de 98 respondentes. Entretanto foram coletados 110 questionários tendo em vista que alguns questionários poderiam ser descartados.

Os entrevistados foram convidados a participar da pesquisa nas dependências da Assistência Social do município, visando identificar o perfil e os tipos de gastos dos Beneficiários do Programa Bolsa Família, no período de 17 de março de 2014 até o dia 28 de março de 2014, no período da manhã, das 8 horas até às 11 horas fechando um total de 110 respondentes.

3.4 Técnica de Análise dos Dados

Este estudo tem caráter quantitativo, sendo assim a técnica de análise de dados escolhida foi à estatística descritiva, que de acordo com Anderson et al.(2011) é aquela utilizada para analisar um conjunto de dados, a partir de métodos tabulares, gráficos e numéricos, utilizando-se de média, mediana, moda e desvio padrão. Também foram utilizados testes de hipóteses para avaliar se existem diferenças entre os respondentes, como o teste de análise de variância (ANOVA), o qual analisou variáveis demográficas e culturais como estado Civil, moradia, escolaridade, religião, raça, ocupação e renda mensal familiar, as variáveis as quais tiveram diferenças foram escolaridade e moradia.

De acordo com Hair et al (2010,p.283), o teste Anova consiste em exemplificar se possuem diferenças estatísticas entre três ou mais médias, neste tipo de teste o pesquisador tem a capacidade de examinar os efeitos de diversas variáveis independentes ao mesmo tempo.

Também foi criado um construto para verificar a confiabilidade da escala adotando o coeficiente do Alfa de Cronbach, onde para que o construto seja considerado fidedigno os índices de confiabilidade devem alcançar valores iguais ou superiores a 0,6 (GARVER; MENTZER, 1999; HAIR et. al, 2005).

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico apresentam-se os dados obtidos através dos questionários aplicados. No primeiro bloco são expostas as particularidades gerais da amostra, bem como perfil e as características demográficas e culturais dos respondentes: idade, gênero, estado civil, número de dependentes, número de filhos, tipo de moradia, escolaridade, raça e religião.

No segundo tópico são apresentados os dados sobre consumo, crédito e perfil de gastos dos beneficiários do Bolsa Família em Santana do Livramento. Por fim, realiza-se a análise da propensão ao endividamento com auxílio do software SPSS.

4.1 Perfil dos Respondentes

A população alvo do estudo compreendeu os Beneficiários do Programa Bolsa Família, (PBF) de Santana do Livramento, com 6.579 beneficiários.

Constatou-se que a maior parte dos respondentes pertencente ao gênero feminino (96,4%) e apenas (3,6%) são do gênero masculino. Demonstrando o grande número de mulheres que administram a renda advinda do Programa Bolsa Família (PBF) os dados do cadastro único de 2010 mostram esta mesma realidade, ou seja, (92,5%) dos responsáveis legais das famílias beneficiárias no Brasil são mulheres, e apenas (7,5%) são homens (SENARC/ MDS, 2010). No que se refere à idade dos participantes da pesquisa, a média de idade dos respondentes é de 37 anos, sendo a idade mínima de 18 anos, e a máxima de 56 anos.

Quanto à estrutura familiar dos beneficiários do PBF, constata-se, na Tabela 3 que a maior parte considera-se solteiro (a) (43,6%), havendo uma grande incidência de arranjos monoparentais femininos, tal fenômeno segundo dados do cadastro único (SENARC/ MDS;2010) expressa o grande número de mulheres com filhos e sem cônjuge, sendo que aquelas com vulnerabilidade social na maior parte das vezes são as únicas provedoras do sustento doméstico, e por muitas vezes dependem da transferência de renda para ajudar nas despesas dos familiares.

Tabela 3 - Estado Civil

Estado civil	Frequência	%
Casado(a)	23	20,9
Solteiro(a)	48	43,6
Viúvo(a)	3	2,7
Separado(a)	19	17,3
União Estável	16	14,5
Total	109	99

Fonte: Elaborado pelo autora

Em relação aos dependentes, 100% dos entrevistados possuem dependentes, visto que é uma das condicionalidades para fazer parte do programa. Quando analisamos a questão do número de filhos os entrevistados possuem em média entre 1 a 5 filhos por família conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Número de filhos

Número de filhos	Frequência	%
1	22	20,0
2	27	24,5
3	19	17,3
4	17	15,5
5	11	10,0
6	6	5,5
7	3	2,7
9	2	1,8
10	2	1,8
11	1	0,9
Total	110	100,0

Fonte: Elaborado pelo autora

Nesta relação é possível perceber que os beneficiários seguem uma tendência nacional de redução no número de filhos por família, segundo dados do censo de 2010 as mulheres que viviam sem rendimento ou com renda de até um quarto do salário mínimo tiveram uma taxa de fecundidade de 5,5 filhos em 1991, 4,6 filhos em 2000 e 3,3 filhos em 2010 (IBGE 2010).

Quando questionados sobre o tipo de moradia a maior parte dos respondentes possui residência própria (57,3%) seguido por moradias alugadas (20,0%) financiadas (2,7%) e cedidas (20,0%).

Para entender melhor o perfil dos respondentes investigou-se também o grau de escolaridade conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Grau de Escolaridade

Escolaridade	Frequência	%
Sem alfabetização	1	0,9
Ensino Fundamental Incompleto	65	59,1
Ensino Fundamental Completo	18	16,4
Ensino Médio Incompleto	10	9,1
Ensino Médio Completo	14	12,7
Ensino Superior Incompleto	2	1,8
Total	110	100,0

Fonte: Elaborado pelo autora

Verificou-se que o grau de escolaridade é baixo entre os beneficiários do Programa Bolsa Família em Santana do Livramento, sendo 9% sem alfabetização, e mais da metade (59,1%) que possui ensino fundamental incompleto. A segunda maior proporção (16,4 %) declara ter o ensino fundamental completo ressalta-se que apenas (1,8%) possuem o ensino superior incompleto.

Esta baixa escolaridade pode ter reflexo na renda, pois com um grau de instrução baixo pode-se restringir a possibilidade de alcançar postos de trabalhos ofereçam rendimentos melhores.

Na Tabela 6 é possível perceber que aproximadamente a totalidade dos beneficiários recebe apenas um salário mínimo (93,6%) como renda familiar.

Tabela 6 - Faixa de renda familiar

Faixa de renda	Frequência	%
Até 1 salário mínimo	103	93,6
Mais de 1 a 2 salários	5	4,5
Mais de 2 a 3 salários	2	1,9
Total	110	100,0

Fonte: Elaborado pelo autora

E quando questionados sobre a ocupação, a metade dos respondentes trabalham como autônomos (52,7%) sendo que entre as ocupações relatadas encontram-se a profissão de manicure, faxineira, diarista e vendedora, verificando-se que também há um percentual alto de pessoas que não trabalham (25,5 %), seguido por empregados assalariados (16,4%), aposentados (2,7%) e outra ocupação (2,7%). O grande número de autônomos pode ser justificado pela baixa escolaridade dos beneficiários que visualizam no trabalho informal uma forma de auferir renda.

Tabela 7- Ocupação

Ocupação	Frequência	%
Autônomo(a)	58	52,7
Empregado(a) Assalariado(a)	18	16,4
Aposentado(a)	3	2,7
Não trabalha	28	25,5
Outra	3	2,7
Total	110	100,0

Fonte: Elaborado pelo autora

Dando continuidade ao perfil da amostra, buscou-se identificar as crenças religiosas da população, onde (41,8%) correspondem à religião católica, seguido de (34,5%) evangélicos, (16,4%) sem religião e (7,3%) outras religiões (espíritas, umbandistas e mórmons).

Tabela 8- Religião

Religião	Frequência	%
Sem Religião	18	16,4
Católica	46	41,8
Evangélica	38	34,5
Outra	8	7,3
Total	110	100,0

Fonte: Elaborado pelo autora

Em relação à raça a maior parte dos beneficiários é da cor branca (47,3%) seguido da cor parda (30,9%) e negra (19,1%). Desta forma, quase três quartos destes beneficiários são brancos ou pardos conforme a Tabela 9.

Tabela 9- Raça

Raça	Frequência	%
Branca	52	47,3
Amarela ou Oriental	1	0,9
Negra	21	19,1
Indígena	2	1,8
Parda	34	30,9
Total	110	100,0

Fonte: Elaborado pelo autora

Após conhecer o perfil dos respondentes, o presente estudo buscou analisar aspectos do Programa Bolsa Família, consumo e crédito das famílias. Sendo assim, quando perguntado sobre ajuda financeira os beneficiários apontaram como principal fonte de auxílio o benefício do programa (98,2%), seguido pela ajuda de

outros (31,8%) como parentes, amigos, filhos, pensão, sendo importante ressaltar que estes indivíduos recebem o benefício e a ajuda financeira conjuntamente.

O valor em média que cada beneficiário recebe do Bolsa Família é R\$ 151,00 reais e R\$ 308,00 reais de outros (parentes, amigos, filhos, pensão).

A Tabela 10 demonstra o percentual de ajuda dividida por categorias.

Tabela 10- Ajuda de financeira de outros

Alternativa	Frequência	Total %
Filhos	6	5,4
Parentes ou Amigos	17	15,5
Outros	12	10,9
Total	35	31,8

Fonte: Elaborado pelo autora

Ao analisar o tempo que os beneficiários recebem o Bolsa Família a grande maioria (45,5%) está no programa a mais de seis anos, ou seja, tem esse auxílio financeiro consideravelmente a bastante tempo, pois o programa tem dez anos de atuação no Brasil.

A Tabela 11 mostra o tempo de permanência dos beneficiários no programa em Santana do Livramento.

Tabela 11 - Tempo de permanência no Programa

Tempo de permanência no Programa	Frequência	%
Menos de 1 ano	8	7,3
Mais de 1 ano	9	8,2
Entre 2 e 4 anos	17	15,5
Entre 4 a 6 anos	26	23,6
Acima de 6 anos	50	45,5
Total	110	100,0

Fonte: Elaborado pelo autora

Dando sequência, em algumas questões buscou-se identificar se o programa trouxe alguma mudança na vida dos beneficiários. Constatou-se que (86,4%) afirmam que sim e (13,6%) afirmam que o programa não trouxe mudanças para suas vidas. Prosseguindo a análise, as próximas seções do estudo demonstram o perfil de consumo dos beneficiários e sua propensão ao endividamento.

4.2 Perfil de Gastos e Formas de Financiamento dos Beneficiários do Programa Bolsa Família em Santana do Livramento

Nesta parte são descritas algumas características das famílias beneficiárias em relação à renda oriunda do programa e como estes gastam o seu benefício.

De acordo com os beneficiários, (34,5%) afirmam que com a comprovação de que recebem o Bolsa Família conseguiram abrir cadastro em lojas da cidade contra (65,5%) que não conseguiram fazer cadastros. Com isso, nota-se que o benefício não é considerado por grande parte das empresas como comprovante de renda, fazendo com que os indivíduos busquem outra fonte para realizar suas compras a prazo.

Em relação aos tipos de gastos os beneficiários tinham a possibilidade de marcar mais de uma opção em suas respostas, divididas em gastos com alimentação, remédios, vestuários, aluguel e outros que correspondem principalmente à compra de materiais escolares, vale transporte e tratamento odontológico, conforme a Tabela abaixo.

Tabela 12 – Tipos de Gastos

Tipos de gastos	Frequência	%
Alimentação	91	82,7
Remédios	54	49,1
Vestuário	58	52,7
Aluguel	5	4,5
Outros	12	10,9

Fonte: Elaborado pelo autora

Entre as famílias investigadas, os recursos recebidos através do programa foram gastos em primeiro lugar com alimentação (82,7%), este percentual reflete aspectos da teoria a qual elenca que este recurso possibilita a conquista do primeiro degrau dos direitos fundamentais: o direito à alimentação (Weissheimer 2010).

Em relação à percepção dos gastos, 50% afirmou que gasta mais do que ganha, 22,7% gasta igual ao que ganha e 10,9% gasta menos do que ganha.

Quando perguntado sobre como são pagas as compras 49,1 % paga com dinheiro, 28,2% com crediário, seguido por cartão de crédito 19,1% e caderneta do armazém 3,6%. Ressalta-se que essa última forma de pagamento pode ser considerada o método mais informal, ou seja, baseado na confiança, pois o crédito é cedido e somente anotado numa caderneta. Ao analisar a amostra no que tange esta questão fica evidenciado que os beneficiários preferem em sua maioria realizar compras à vista, muitos afirmam que não gostam de ter dívidas a longo prazo já que não sabem se poderão pagar. Ressaltam ainda que o crediário é visto como uma forma de adquirir bens materiais e vestuário, os cartões de crédito na maioria das vezes são aqueles cedidos por supermercados e que possibilitam a compra de alimentos de forma parcelada.

A amostra ficou dividida quando indagada sobre se atualmente possuía algum tipo de crediário ou carnê de loja, observando que (50%) afirmam que sim e (47,3%) afirmam que não. Para aqueles que possuem o número de parcelas em média é de 5 vezes e estes na maioria das vezes usam o nome de terceiros (avaliistas que possuem a renda compatível com as exigências do mercado) para fazer suas compras, (27,1%) fazem crediários com a renda advinda de sua ocupação e (22,9%) usam a renda do Bolsa Família conforme a Tabela 13.

Tabela 13 - Qual a comprovação de renda utilizada para a abertura do crediário

Alternativa	Frequência	%
Renda do bolsa família	16	22,9
Renda oriunda da ocupação	19	27,1
Renda de terceiros	35	50,0
Total	70	100,0

Indivíduos que não possuem crediário	40
	110

Fonte: Elaborado pelo autora

Os principais motivos que levam a compras parceladas segundo os beneficiários são a facilidade com (36,4%), a falta dos recursos à vista (27,5%), a forma de pagamento e o prazo com (14,5%). Segundo os beneficiários ao não ter o recurso à vista a única forma de adquirir um bem é o crediário o qual muitas vezes é concretizado por terceiros.

A principal razão para a aquisição de uma dívida, segundo os beneficiários está relacionada principalmente a falta de planejamento com 30% e desemprego ou queda na renda com 21,8%, as demais variáveis constam na Tabela 14.

Tabela 14 – A principal razão para a aquisição de uma dívida está relacionada?

Alternativa	Frequência	%
Falta de planejamento	33	30,0
Desemprego ou queda na renda	24	21,8
Consumo elevado	13	11,8
Empréstimo do nome	9	8,2
Problema de saúde	8	7,3
Má gestão dos recursos financeiros	6	5,5
Acesso ao crédito	16	14,5
Outro	1	0,9
Total	110	100,0

Fonte: Elaborado pela autora

4.3 Propensão ao Endividamento

Após conhecer o perfil dos respondentes e alguns aspectos relacionados aos seus gastos, o estudo buscou compreender os resultados dos fatores comportamentais (ENDIVIDAMENTO). Através de escalas quantitativas que foram referenciadas na seção de revisão bibliográfica, utilizou-se a escala likert para mensurar este tema, retirada do estudo de Moura (2005). A escala apresenta variáveis sobre comportamento frente ao endividamento, onde o respondente assinalou um dos cinco pontos apresentados (1 = discordo muito; 2 = discordo; 3 = neutro ; 4 = concordo; 5 = concordo muito). Os resultados para este fator estão na Tabela 15.

Tabela 15 – Estatística descritiva da escala de Endividamento

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
23. Não é certo gastar mais do que ganho.	4,13	4,00	1,11
24. É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.	3,73	4,00	1,39
25-Eu sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco.	3,50	4,00	1,63
26. Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas.	1,84	1,00	1,43
27. Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.	3,04	4,00	1,73
28. É importante saber controlar os gastos da minha casa.	4,23	5,00	1,18
29. Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro.	2,75	2,50	1,77
30. As pessoas ficariam desapontadas comigo se soubessem que tenho dívida.	3,38	4,00	1,64
31. Não tem problema ter dívida se eu sei que posso pagar.	3,70	4,00	1,71

Fonte: Dados da pesquisa

Verificando a escala de um modo geral, nota-se que os respondentes mostraram-se conservadores, ou seja, tendência e menor propensão ao endividamento, pois quando questionados sobre gastar mais do que ganham, os respondentes assinalaram que concordam que não é certo gastar mais do que ganham (média 4,13 e mediana 4).

Além disso, quando questionados sobre endividar-se para pagar suas contas, demonstram (71,8% dos respondentes) discordar desta atitude, ou seja, não é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas. Também destacam que é melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar (média: 3,73). Esse resultado corrobora o que foi exposto anteriormente, onde a maioria afirma realizar a maioria das suas compras a vista, a fim de evitar dívidas de longo prazo.

Entretanto a questão do endividamento deve ser analisada como um todo, sendo assim o estudo considerou o endividamento a partir de um construto o qual verificou se todas as variáveis da escala eram confiáveis. Para verificar tal confiabilidade adotou-se o coeficiente do Alfa de Cronbach, onde para que o construto seja considerado fidedigno os índices de confiabilidade devem alcançar valores iguais ou superiores a 0,6 (GARVER; MENTZER, 1999; HAIR et. al, 2005).

Antes de testar o alfa das nove variáveis da escala verificou-se no estudo de Moura (2005) que as questões 23, 24, 25, 30 eram reversas, ou seja, tinham o seu entendimento contrário às demais. Sendo assim, primeiramente essas variáveis foram adaptadas, ou seja, recodificadas para melhor entendimento. Após esses ajustes, se testou o alfa. A escala então demonstrou uma baixa associação com todas as variáveis, ou seja, o alfa de Cronbach foi de 0,3. Sendo assim, foram excluídas as variáveis 23, 24, 25, 26, 28, 30 as quais não contribuem para a formação do fator endividamento.

Permanecendo as questões (27, 29, 31) as quais apresentaram o alfa desejável (0,6) que segundo Hair (2005), correspondem a uma associação moderada.

Após realizar a confiabilidade da escala e os devidos ajustes o estudo formou o “fator” endividamento com as questões (27, 29, 31). Através da média das respostas para cada uma das variáveis e para cada um dos respondentes, observou-se o endividamento geral e calculou-se a média do fator endividamento, que

resultou em 3,16 demonstrando um nível intermediário.

Desta forma, os beneficiários do Programa Bolsa Família são indivíduos neutros ou estão em um nível intermediário no que tange seus gastos, entretanto podem ser alvos do endividamento, pois se a média for mais próxima de cinco dentro da escala de Moura (2005) maior propensão ao endividamento.

Ainda para verificar diferenças entre os respondentes quanto à propensão ao endividamento foi realizado um teste de hipóteses, o teste de análise de variância (ANOVA) o qual apresenta um modo matemático para determinar se existem diferenças entre duas ou mais médias amostrais (HAIR ET AL, 2010).

Sendo assim, para a realização do teste que foram selecionadas as variáveis demográficas e culturais, apresentadas no perfil dos respondentes. Observou-se aquelas que possuem mais de dois grupos como, estado civil, moradia, grau de escolaridade, religião, raça, ocupação, renda familiar e ajuda financeira. Ao realizar o teste, verificou-se que existe diferenças em relação ao endividamento quando analisada a escolaridade (sig de 0,02) e moradia (sig de 0,01).

Na tabela 16 são demonstrados os grupos testados e os resultados do teste ANOVA.

Tabela 16 - Resultados teste ANOVA

Variáveis	Valor do teste	sig
Estado Civil	2,308	0,313
Moradia	2,780	0,017
Grau de Escolaridade	2,668	0,020
Religião	0,763	0,368
Raça	4,554	0,122
Ocupação	2,133	0,783
Renda Mensal	0,137	0,268
Recebe ajuda financeira	0,111	0,346

Fonte: Dados da Pesquisa

Considerando que as variáveis testadas a escolaridade e a moradia foram as variáveis que apresentaram diferenças em relação ao fator endividamento.

Apresentados e discutidos os resultados encontrados, através da metodologia proposta, o capítulo cinco, apresentará as conclusões desse estudo e as sugestões de pesquisas futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou olhar mais científico em relação aos beneficiários do Bolsa Família durante a pesquisa questões empíricas e pré-conceitos foram sendo desconstruídos para que variáveis testadas e comprovadas fossem materializadas .

Com a pesquisa foi possível perceber que os beneficiários têm uma percepção positiva do Programa Bolsa Família, o qual financia em grande parte a compra de alimentos. Entretanto, fica evidente que as compras parceladas são na maioria das vezes realizadas através do nome de terceiros, pois somente com a comprovação de que recebem o Bolsa Família não conseguem fazer crediários em lojas da cidade. Sendo assim, acabam optando pela realização de compras a vista, considerando a aversão ao endividamento, mais especificamente, no longo prazo. Verificou-se ainda que o grau de escolaridade entre os beneficiários é baixo e o tempo de permanência no programa em média é de seis anos.

Também foi possível perceber que os mesmos possuem um nível de endividamento intermediário, mas podem no decorrer do tempo endividar-se, principalmente por possuírem uma renda baixa que pode gerar restrições no orçamento. Neste cenário, os objetivos do estudo foram atingidos, pois foi pesquisado como a renda é administrada pelas famílias cadastradas no programa, sendo que também foi exemplificado os tipos de gastos das famílias cadastradas, o perfil dos mesmos e a propensão ao endividamento.

Por fim, acredita-se que o estudo representa um tema importante, sendo a investigação de um assunto pertinente dentro do cenário, local, regional e nacional novas pesquisas em Santana do Livramento poderiam identificar quais os fatores que levam as pessoas a permanecem por um tempo prolongado no programa, além da falta de qualificação e a baixa escolaridade de tais indivíduos.

Pesquisas acadêmicas nesta temática merecem um olhar diferenciado dos pesquisadores os quais podem contribuir para uma modificação do cenário local, pois os dados apresentam grande relevância social podendo servir como base para a criação estratégias referentes a educação, saúde, assistência social, emprego e renda.

6 REFERÊNCIAS

ANDERSON,David R;SWENEY,Denis J; WILLIAMS,Thomas A. **Estatística aplicada à Administração e Economia.** São Paulo:Cengage Leanrig,2011.

ARBEX,Tarcisio **Estudo da elaboração, análise, concessão de crédito e a segmentação do risco em estabelecimento bancário,** 1999 Monografia (Departamento de Economia, Contabilidade)- Universidade de Taubaté, 1999.

AZEVEDO, Marcelo; MARDEGAN Elyseu,**O consumidor de baixa renda entenda a dinâmica de consumo da nova classe média brasileira,** Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Caderno de educação financeira, gestão de finanças pessoais,** Brasília, BCB, 2013.

BANCO POPULAR. Banco do Brasil :**Definição de crédito,**São Paulo 2010. Disponível em:<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8900,8923,0,0,1,0.bb?codigoMenu=5415&codigoNoticia=8133> acesso em 23 de janeiro de 2014.

BARBETTA, P.B. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais.** Cap. 3, Ed. UFSC, 5^a Edição, 2002.

BARROS,Carlos Augusto,**Educação Financeira e Endividamento** 2012. Trabalho de conclusão de curso,Escola Superior de Administração e economia-E-SADE.2012

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Indicadores do desenvolvimento Brasileiro, Brasília,** DF, 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento Brasília:** Ipea, 2010.

BRASIL. Medida provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003, **Cria o Bolsa Família,** 2003.

; Presidência da República. Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. **Institui o Programa Bolsa Família,** 2004.

_____ ; Presidência da República. Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. **Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2004.**

_____ ; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família.** Brasília, 2012, disponível na página www.mds.gov.br acesso em 20/01/2014.

CASTANHA ,Viviane Brovedan, O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA; A INTERSETORIALIDADE ENTRE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E AS POLÍTICAS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO, Monografia de Especialização Universidade do Sul, Santa Catarina, 2009.

CAMARA DIRIGENTES LOGISTAS DE CUIBÁ. Compras com cartões de crédito classe D e E. Disponível em:<http://www.cdlauto.com.br/imprimedphd?cid:1584sid31>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

CAMPOLLO, Tereza; CÔRTES Neri (Org) Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania Brasília : Ipea, 2013.

CRAVEIRO,Brandão Clélia; XIMENES, Daniel: Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In **CAMPOLLO, Tereza; CÔRTES Neri (Org) Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania Brasília : Ipea, 2013** p.109 - 125

COLLINS, Jill. HUSSEY, Roger. Pesquisa em Administração: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FERREIRA. R. Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro. Thomson IOB. São Paulo: 2006.

FUSTAINO,Joanna, O consumo de crédito no mercado de baixa renda: Fatores contribuintes para o aumento das dívidas, 2009. Dissertação (Mestrado profissional em Administração)-Universidade Metodista de Piracicaba faculdade de gestão de negócios,Piracicaba 2009.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAIR JR., Joseph F. et tal. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre, Bookman, 2005.

HAIR JR., Joseph F. et tal. **Fundamentos de pesquisa de Marketing**, Porto Alegre, Bookman, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA (IPEA), **Ipeadata, Banco de dados macroeconomicos, financeiros, sociais e regionais do Brasil**. Disponivel em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Dirretoria de Pesquisa. Sintese dos Indicadores sociais 2010**. n. 21, IBGE, 2010. Disponivel em: <<http://www.ibge.com.br/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 23 de novembro de 2013.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados sobre pobreza e extrema pobreza**. Disponivel em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 23 de novembro de 2013.

ISTO É DINHEIRO. **Pesquisa Data Popular sobre consumo das classes D e E, Descubra a classe D a letra do dinheiro**. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/647/imprime163179.htm> Acesso: 03 de janeiro de 2014.

JANUZI, Paulo de Martino;PINTO, Rodrigues Alexandre: **Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira:Uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família**. In CAMPELLO, Tereza; CÔRTES Neri (Org) **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania Brasília** : Ipea, 2013 p.179-183

LOPES,Marcia..In ABRAHÃO, de Castro Jorge; MODESTO, Lúcia (org) **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**,Ipea vol.1,Brasilia, 2010

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

NITCHER Simeon; GOLDMARK, Lara; FIORI,Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

MORITA,Marcos.Blog-**Classe D nasce um novo nicho de consumidor**, São Paulo. Disponível em:<http://www.marcosmorita.com.br/2012/07/classe-d-nasce-um-novo-nicho-consumidor/> Acesso em 23 de dezembro 2013.

MOURA, A. G. Impacto dos Diferentes Níveis de Materialismo na Atitude ao Endividamento e no Nível de Dívida para Financiamento do Consumo nas Famílias de Baixa Renda do Município de São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2005.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. Endividamento e sobre-endividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev/2002.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIO PNAD: Síntese de Indicadores. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtml/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtml). Acesso em 23 de novembro de 2013.

PÁDUA,Elisabete Matallo,Metodologia da pesquisa abordagem teórica e prática 13^a edição,Campinas:Papirus 2004.

PARENTE, Silvana. Microfinanças - O mercado financeiro e a população de baixa,CEPAL/DFID. Brasília, 2003.

PRAHALAD, C.K. A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SAMPIERRI, Roberto Hernández, Metodología de Pesquisa, 3 ed. McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, ROZANGELA, O Programa bolsa família e sua contribuição para o município de Bananeiras, disponível em http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/o_programa_bolsa_familia_e_contribuicao_para_osBeneficiarios_do_municipio_debananeiras_1343394535.pdf. acesso dia 21 de janeiro de 2014

SILVA, Maria; OZANIRA ; SANTOS DE ALMEIDA LIMA, Valéria (coord.) Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos, São Paulo: Cortez 2010.

SERASA EXPERIAN blog **Hábitos sobre o consumo de cartões de crédito para a classe D e E**. Disponível em: http://serasaexperian/habitosconsumosdecartoesdecred_11234 Acesso: 24 janeiro de 2014.

SCHWARZMAN, Simon, **Bolsa família: mitos e realidades**, In Interesse Nacional, São Paulo, 2009 disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bolsa09.pdf>. Acesso: 17 de março de 2014.

TRINDADE, Larrissa: **Determinantes da propensão ao endividamento: Um estudo nas mulheres da mesorregião centro ocidental Riograndense**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de ciências sócias e humanas, programa de pós-graduação em administração, Santa Maria, 2009.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio, **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**, São Paulo 2 ed. Fundação Perseu Abreu, 2010.

ZERRENNER, S. A. **Estudo Sobre as razões para a população de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestre em Ciências Administrativas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.



OFERTA DE CREDITO E PERFIL DE GASTOS:

UM ESTUDO COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914